

Habitantes das ilhas da Grande Vitória usam baterias de caminhão para ter luz elétrica e pegam o barco para estudar, trabalhar e levar água potável para o consumo

Perto da cidade, longe da civilização

MÁRCIO CASTILHO

Na casa onde mora a família de Carlos Humberto de Melo, 42 anos, o barco de alumínio a motor é artigo de primeira necessidade. A pequena embarcação serve de meio de transporte para Humberto, ao mesmo tempo, trabalhar, levar as filhas adolescentes para a escola, trazer os alimentos do supermercado e até comprar aspirina para uma simples dor de cabeça.

No endereço da família, não há nome de rua. Tendo como vizinho a solidão do mar, Humberto, a mulher Creusa Simão, 40 anos, e as filhas Ana Paula, 18, e Ana Carolina, 16, compõem uma população que mora cercada de água por todos os lados, vivendo perto do território, mas longe da civilização.

As ilhas habitadas da

Grande Vitória são um mergulho num cotidiano pouco convencional de pessoas simples, que preferem a tranquilidade do mar ao convívio com a violência na cidade.

Solidão

Quem não gosta muito do isolamento insulano são as filhas adolescentes de Humberto. Elas foram criadas na Ilha da Baleia, em Vila Velha, pois o pai trabalha como caseiro da propriedade há 16 anos. Aluna do último ano do ensino médio e tentando uma vaga no vestibular de Letras, Ana Paula não segue a rotina dos jovens da sua idade.

“Sinto falta de sair com os amigos à noite. Teria que atravessar de barco para chegar a Vila Velha”, conta a estudante, fã do grupo adolescente KLB.

Na Baía de Vitória, as ilhas também são local de moradia e opção de tranquilidade para quem quer fugir do estresse do dia-a-dia na cidade e das contas de aluguel, água e luz. Moradora da Ilha das Pombas desde 1990, Einir Nascimento Santos, 34 anos, não pensa em viver em outro lugar. Mesmo morando no meio da baía, ela mantém três dos quatro filhos na escola.

“A ilha é um lugar tranquilo para a criação dos filhos. Não sinto falta de nada”.

Baixa renda

O desemprego levou Vera Lúcia de Oliveira, 56 anos, a trocar o bairro de Vila Garrido, em Vila Velha, pela Ilha do Fato, próxima ao píer de Camburi, em Vitória. “Estava ruim de serviço. Meu falecido marido era catraieiro e

veio tomar conta da ilha. Não saímos mais”, disse. Ela mora na Ilha do Fato há 27 anos.

Ao contrário dos ricos proprietários das ilhas no litoral de São Paulo ou Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, os habitantes das ilhas de Vitória e Vila Velha são pessoas de baixo poder aquisitivo, que garantem uma renda para cuidar do terreno e proteger a propriedade contra as invasões.

Francisco de Assis Rocha, 57 anos, também trabalha como caseiro na Ilha do Dr. Américo, próxima ao Cais do Hidroavião, em Santo Antônio. “Cuidei de outras cinco ilhas em Linhares antes de vir para esse local, há oito anos”. No currículo, seu Francisco também acumula filhos e mulheres. Hoje solitário, ele afirma ter tido 14 esposas e 46 filhos.

A família de Carlos Humberto de Melo mora há 16 anos na **Ilha da Baleia**, em Vila Velha. As filhas raramente saem para se divertir. A mãe Creusa também lamenta não poder frequentar a igreja. “Teve um dia que me preparei, coloquei uma roupa bonita, mas, quando ia pegar o barco, veio uma onda e sujou todo o vestido. Estamos tão perto da cidade, mas parece tão longe”, afirma. Dois cachorros da família não agüentaram a solidão e fugiram a nado.

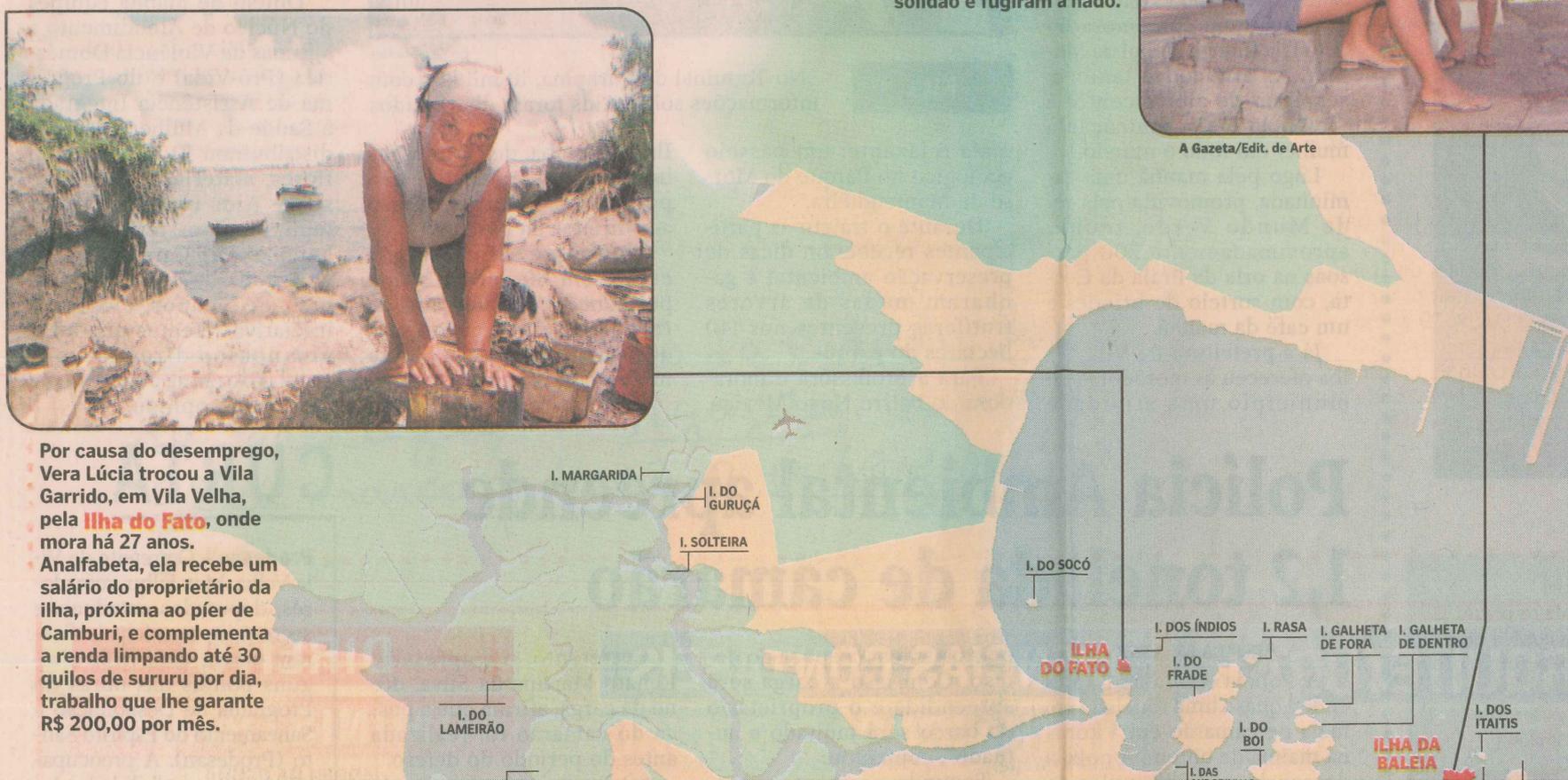


A Gazeta/Edit. de Arte



Por causa do desemprego, Vera Lúcia trocou a Vila Garrido, em Vila Velha, pela **Ilha do Fato**, onde mora há 27 anos.

Analfabeta, ela recebe um salário do proprietário da ilha, próxima ao píer de Camburi, e complementa a renda limpando até 30 quilos de sururu por dia, trabalho que lhe garante R\$ 200,00 por mês.



Ilhas podem virar área de conservação

As ilhas não habitadas do litoral capixaba são sítios reprodutivos de espécies de aves raramente encontradas no Brasil. Mas alguns santuários ecológicos ainda estão desprotegidos por leis ambientais. A Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental (Avidepa) está elaborando uma proposta técnica para transformar as ilhas

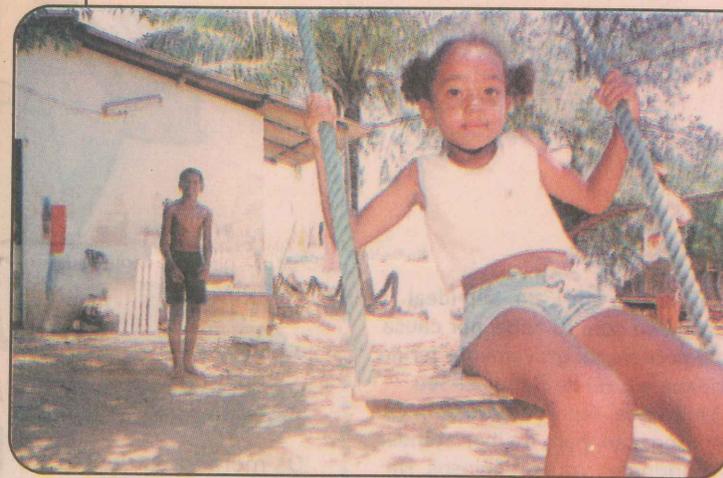
Vera Lúcia trocou a Vila Garrido, em Vila Velha, pela **Ilha do Fato**, onde mora há 27 anos.

Analfabeta, ela recebe um salário do proprietário da ilha, próxima ao píer de Camburi, e complementa a renda limpando até 30 quilos de sururu por dia, trabalho que lhe garante R\$ 200,00 por mês.



Na **Ilha do Dr. Américo**, Francisco de Assis Rocha leva uma vida de total solidão. Mas nem sempre foi assim. Ele afirma ter 46 filhos, fruto da união com 14 mulheres. "Moro sozinho porque, para ficar comigo, as pessoas têm que viver do meu jeito. Fui criado no tempo dos antigos", explica. O tempo parece realmente ter parado na casa do seu Francisco. A parede exibe ainda o calendário de 1997.

Morando na **Ilha das Pombas**, os filhos de Eimir Nascimento Santos vão diariamente para a escola usando um barco a remo como meio de transporte. A travessia dura entre uma e duas horas, dependendo da maré. A casa tem televisão e luz elétrica, graças ao gerador. Um celular, segundo Eimir, garante o contato com o mundo. "Os amigos sempre aparecem de barco para nos visitar".



As ilhas não habitadas do litoral capixaba são sítios reprodutivos de espécies de aves raramente encontradas no Brasil. Mas alguns santuários ecológicos ainda estão desprotegidos por leis ambientais. A Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental (Avidepa) está elaborando uma proposta técnica para transformar as ilhas em unidades de conservação.

A organização não-governamental tem bases de apoio nas ilhas Itatiaia, em Vila Velha, e Escalvada, em Guarapari, onde há um dos maiores refúgios de andorinhas do mar, divididas entre as de bico amarelo e bico vermelho. O ambientalista da Avidepa, César Musso, afirma que o primeiro registro da ocorrência da ave conhecida como pardelinha no Brasil ocorreu, em 1994, nas ilhas Itatiaia.

A Ilha das Garças, no litoral de Vila Velha, também se tornou um ninhal privilegiado de três espécies de garças. "As áreas litorâneas estão crescendo e a exploração das ilhas também. Se as visitas não forem feitas de forma ordenada, estas áreas poderão ser impactadas ambientalmente", avaliou.

Um dos arquipélagos preservados, graças ao trabalho da Avidepa e da Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (Acapema), as Três Ilhas, em Setiba, foram alvo de um projeto de construção de um hotel nos anos 80. O lugar faz parte hoje da Área de Proteção Ambiental Paulo César Vinha.

Operação contra a inadimplência

A inadimplência no pagamento das taxas cobradas aos ocupantes de terrenos de marinha provocou, nos últimos 20 anos, uma perda de arrecadação de R\$ 23 milhões. Os dados são da Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), que montou uma operação para reduzir

a taxa de 40% de inadimplência.

A GRPU enviou 9,6 mil notificações para os devedores, em novembro passado, para negociar o parcelamento da dívida. O prazo termina no dia 31 de março. Segundo o gerente regional, Paulo Ricardo Meinicke, quem não se regularizar poderá ter o nome incluído na dívida ativa da União 90 dias após o fim

das negociações.

"Os devedores não poderão vender ou transferir os imóveis. Mas está havendo muita procura".

São classificados como terrenos de marinha todos os imóveis situados na faixa de 33 metros determinada pela preamar de 1831. As ilhas também estão em terrenos de marinha. Segundo a GRPU, existem 47

ilhas cadastradas em Vitória, Vila Velha, Guarapari, Piúma e Itapemirim, sendo 38 somente na Capital.

A Lei 9.636 proibiu novas ocupações em áreas de propriedade da União desde 15 de fevereiro de 1997. Quem já tinha a concessão em terreno de marinha, antes dessa data, está sujeito ao pagamento de taxas de ocupação (5% ou 2% do valor do

terreno) ou do foro (0,6% do valor do imóvel).

Com apenas três agentes atuando na fiscalização, a GRPU pede para a população denunciar as ocupações irregulares pela Internet (grpu.es@fazenda.gov.br) ou através do telefone 3223-5174.